

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-12-2017.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 278/17 (Processo nº 2556/17), de autoria de Felipe Camozzato. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região, que se pronunciou acerca da forma indireta de autuação de multas pela Empresa Pública de Transporte e Circulação. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell e Cassiá Carpes manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato e Cassio Trogildo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio, Paulo Brum, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro e Cassiá Carpes. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando renovação de votação para a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/17 (Processo nº 2981/17). Também, foi apregoado o Ofício nº 1875/18, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/17 (Processo nº 3109/17). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 044 e 045/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 285, 301, 302, 303, 263 e 306/17, estes dois últimos discutidos por Adeli Sell. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindimoto, que tratará de assunto relativo à forma indireta de autuação “multa” pela EPTC. O Sr. Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS – Sindimoto, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assessores da Casa, público presente, telespectadores, motofrentistas, mototaxistas, motociclistas em geral e demais condutores, pelos microfones da tribuna desta respeitável Casa, quero deixar registrado nos seus anais que apoio totalmente as multas contra os infratores de trânsito que têm adotado uma postura diferente às normas e às regras. Porém, senhores, venho a esta Casa e a esta tribuna, se fosse somente a minha voz, ela seria contestada e seria vencida, mas eu retorno a esta Casa para dar voz a dois pareceres do Cetran – Conselho Estadual de Trânsito, que vale para todo o Estado, também outro parecer do Denatran sobre a atuação que entendemos inadequada, e os pareceres também por parte da EPTC, que são emitidas multas sob o prisma de não ter a necessidade de abordar o referido infrator, sem o respeito do processo legal. Por isso essa postura já é tema de debate no pleno do Cetran desde o dia 29 de janeiro de 2013, que entendeu que a abordagem dos condutores para emissão de autuação ou de autuações é obrigatória e não a exceção da regra não abordar sob o prisma que havia que não possibilitava a tal abordagem. O Cetran diz em seu inciso VII, do Parecer do dia 29 de janeiro de 2013, que o CTB não concedeu discricionariedade para o agente de trânsito, caso contrário deveria ter contatado no código. E mais, senhores, no mesmo parecer, a simples justificativa de abordagem por causa do fluxo intenso ou porque o agente está a pé ou outros tantos argumentos que são visualizados no auto de infração de trânsito não são suficientes nem plausíveis para justificar tal descumprimento, e tal agente, desobedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro em razão de que poderia ensejar um procedimento administrativo disciplinar. E segue ainda o parecer, senhores. No campo de observações do auto de infração de trânsito é para de trânsito descrever fundamentalmente as razões grifadas, excepcionais para a falta de abordagem. Contudo, o que se visualiza é economia de palavras a ponto de não saber a descrição de que o condutor e o passageiro não estavam cumprindo a regra. Portanto, no dia 11 de fevereiro de 2016, o Denatran para contestar o parecer do Cetran de janeiro de 2013 diz que a não abordagem é possível. Porém, para contestar esse parecer do Denatran, o pleno do Cetran, Conselho Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul, no dia 18 de abril de 2016, emite outro parecer que assim diz: “Logo é impositivo e obrigatório, no que, aliás, em respeito à lei, é seguido pelo Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, volume 1, que determina ser obrigatória a abordagem, tanto que o Denatran

assim reconhece”. Segue ainda: “O entendimento de que a dispensa da abordagem em casos excepcionais não tem amparo legal [repito: dispensar a abordagem em casos excepcionais não tem amparo legal], sendo mera interpretação do § 3º do art. 280, já que a lei não lista quais são os casos excepcionais, pelo que não pode ficar ao alvedrio do agente de trânsito definir qual é o caso excepcional”. Quero dizer que eu não estou falando contra o agente, quero dizer que não estou acusando qualquer agente, estou dizendo, estou lendo, estou dando a palavra, estou dando voz para o parecer do Cetran, Conselho Estadual de Trânsito, que discorda dessa prática. Não é a fala do Sindimoto somente, não é a fala do povo que reclama dessa prática, e sim do órgão máximo de trânsito no Estado do Rio Grande do Sul, que ainda diz que a exceção não é regra, precisa ser urgentemente regulamentada. E ainda: uma vez que o parecer do Denatran não é conclusivo, pois admite que a abordagem é obrigatória e que, quando não é possível, poderá ser exarado pelo AIT com declaração do agente, logo é de se concluir que, na determinação do Manual Brasileiro de Trânsito, a abordagem é obrigatória, ou torna-se letra morta da lei.

Senhores, é aqui que eu quero chamar atenção dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, é aqui que está a situação mais polêmica, que o Cetran é enfático em dizer e, sobre isso, chamo atenção dos senhores, para que os senhores observem bem como é o julgamento feito pelas JARIs, que diz: “O que temos hoje [e tenho isso constatado, segundo o Relator desse parecer e aprovado pelo Pleno do Cetran do Rio Grande do Sul] é de que a exceção virou regra, e nesse sentido a mera declaração do agente no AIT vira, pelo princípio da legitimidade, dos atos emanados dos agentes públicos, fato definitivo, tornando impossível a defesa do autuado, restando aos julgadores das JARIs e do Cetran meramente homologar o que a AIT consta”. Senhores, nós sabemos, nos meios jurídicos, que processo não se homologa; que processo se julga. E para confirmar isso, a Resolução nº 05/2015, da EPTC, no seu artigo 2º diz: “À Junta Administrativa de Recurso de Infrações de Trânsito compete: julgar os recursos de sua competência interpostos pelos infratores”. O não julgar e homologar ferem o princípio da legalidade, o princípio constitucional da moralidade, o princípio da publicidade, prejudicando o condutor, que se sabe lá se realmente cometeu tal infração. Quantos tiveram suas CNHs suspensas, quantos trabalhadores estão impedidos de trabalhar porque estão com as suas CNHs suspensas, e sabe-se lá se realmente cometeram essas infrações. Porque aquilo que diz o agente, aquilo que o agente pretende dizer e não havendo a possibilidade, torna o autuado hipossuficiente, dificultando a sua defesa e, quando o faz, as JARIs como o Pleno do Cetran apenas homologam, não julgam. Isso é uma vergonha, é imoral. Aqueles que estão lá apontados, nomeados, eleitos; aqueles que foram indicados para as JARIs não julgam, o que é o princípio da legalidade, apenas homologam. Com isso, fortalecem a fraude, fortalecem tudo que a comunidade de Porto Alegre e do Estado dizem, que é o exacerbado número de multas, a arrecadação desenfreada. Portanto, senhores, ainda trago – e neste ponto provoco a Comissão de Trânsito -, que se abra um procedimento investigativo, que se apure esses fatos ditos pelo Cetran. Ainda saliento: concomitantemente, convoquem os autuados, todos, para que entremos com uma ação popular para suspender as multas, as autuações

de 2013, até o dia de hoje, para que isso se torne esclarecido, porque, uma vez homologado, é vício no processo, é prejuízo por autuado. Fortalece ainda a decisão de Minas Gerais, onde lá se fez uma ação na 4ª Vara da Fazenda Pública em que o Juiz diz que quem tem que comprovar que cometeu autuação é a BHTrans e não o autuado. Cabe a esse a prova, analogicamente com a Lei nº 8.078, dos direitos do consumidor.

Portanto, Sr. Presidente, nós ainda vamos solicitar uma prestação de contas de tudo que foi arrecadado de acordo com o art. 320 do CTB. As nossas ruas estão esburacadas, sinalizações prejudicadas, e não se tem dinheiro para nada. Quero aqui dizer para os motociclistas, motofrentistas, mototaxistas: vamos lutar arduamente contra esse abuso. Não vamos nos acocar por esses absurdos, enquanto eu lá estiver, enquanto eu tiver voz, enquanto esta Casa me permitir usar esta tribuna.

Agradeço ao Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e peço justiça pela comissão de trânsito, porque nós procuraremos a Justiça para que tudo isso esteja esclarecido. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido o Sr. Valter Ferreira da Silva a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Sr. Presidente. Caríssimo Valter, sempre bem-vindo a esta Câmara Municipal. Eu creio que as suas colocações deveriam ensejar uma pauta específica da CUTHAB – Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – desta Casa, mas também acho que posso deixar aqui, em nome do Ver. Oliboni e em meu nome – os dois do PT que estão aqui neste momento –, creio também que em nome da Ver.^a Sofia e do Ver. Marcelo Sgarbossa, a sugestão de realizarmos um evento mais técnico, um evento com alguns juristas, para que a gente possa chegar a uma posição. Eu confesso que não creio muito hoje na Justiça em geral, porque, como a Prefeitura está numa situação calamitosa sob o ponto de vista financeiro, provavelmente haverá de chegar uma conta para que não haja a retirada dessa verdadeira babilônia de dinheiro do caixa da Prefeitura, mas que, pelo menos, a gente possa, daqui para frente, resolver essa questão. Eu acho que, quando se comete uma ilicitude no trânsito, ela deve ser punida, mas também temos que obedecer as normas vigentes no País.

Aqui vários Vereadores colocaram, eu lembro que o Ver. Valter colocou uma questão, eu coloquei também que o carro que eu utilizo foi multado num dia, ao meio-dia, quando eu estava estacionado atrás da Prefeitura e a multa saiu com endereço da Perimetral. Alguma coisa errada existe, é algo muito estranho, eu nunca vi que um carro tivesse o dom da ubiquidade, estar em dois lugares ao mesmo tempo. Eu sou daqueles que sempre defendi aqui, com rigor, a legislação de trânsito. Não vou abrir mão disso, porque eu acho fundamental.

Mas, de fato, para uma administração que prometeu diminuir as multas e fazer uma reestruturação da EPTC, nós estranhamos que, neste ano, vamos arrecadar exatamente o dobro do ano passado. Está dito.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; quero saudar o Sr. Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS – Sindimoto. Quero aproveitar a oportunidade, acho que o Ver. Adeli já comentou aqui fatos estranhos que aconteceram com vocês, comigo não foi diferente. Eu nunca andei na minha vida, até porque eu me sinto frouxo dentro do carro, sem cinto, e há dois, três meses apareceu uma multa na minha casa dizendo que eu andava sem cinto e não puderam me atacar porque o fluxo era muito intenso. Então, lamentavelmente o que está acontecendo com a EPTC é uma coisa... Olha, não tenho nenhum receio de ser multado e algumas vezes já fui multado, eu pago, quem é multado tem que pagar, mas essa multa me tocou muito profundamente, fiz a defesa. A defesa está lá, acredito que não vai dar em nada, porque as defesas, em média, não dão em nada. Fiquei preocupado porque não se trata só da minha pessoa, isso deve estar acontecendo centenas, milhares de vezes pela Cidade, lamentavelmente. Então, trago aqui o meu apoio de quem conhece e está vendo o assunto. Se isso acontece com a gente que se cuida, eu não recebo mais do que duas, três multas ao ano, recebia mais quando viajava por descuido, na Capital, muito pouco, sempre tive esses cuidados, imagina com vocês que têm... Essa é uma categoria valiosa, grande, de grande sustentabilidade. Então, eu acredito que essa preocupação deva ser, sim, estendida aos órgãos, pois tem que multar, mas que seja uma luta justa referente a algum problema que o cidadão cometa. E a maioria, tenho certeza, quando paga, aceita essa multa, pois realmente cometeu; mas, quando não comete, parece que dói na alma da gente, e a gente fica preocupado e pensando se a maioria não está pagando também injustamente. Obrigado, parabéns em nome da Bancada do PP, da Ver.^a Mônica Leal, dos Vereadores Ricardo Gomes, João Carlos Nedel e deste Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS – Sindimoto.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 14h40min): Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadoras e Vereadores; Ver.^a Fernanda Melchionna, a senhora andou pela Cidade hoje? Conseguiu andar pela Cidade hoje? Andar, talvez em alguns lugares, com botas Sete Léguas e muito cuidado. Há pessoas que ficaram ilhadas em seus bairros. Vejam bem a situação: pessoas da Zona Norte não conseguiram acessar o Centro, nem pela Av. Sertório nem pela *freeway*; a Av. Cavallhada com a Av. Eduardo Prado estava ilhada. Não consigo entender um lugar naquela altitude ter esse problema, e isso significa que não há hidrojateamento dos nossos esgotos pluviais, as bocas-de-lobo devem estar todas entupidas, e nada foi feito sobre essa questão apesar de tudo que já se falou sobre bocas-de-lobo nos últimos tempos. Tem um Vereador, inclusive, que quer propor aqui um projeto, do qual eu sou o relator, de uma chamada boca-de-lobo inteligente. Está na minha mesa para um estudo de um relatório na Comissão de Constituição e Justiça. Todo mundo fala, fala muito, os jornais ficam fazendo matérias pomposas, ilustrativas, muito foguetório, mas absolutamente não há uma campanha educativa para que o cidadão e a cidadã não coloquem o lixo na rua, não há multas efetivas ali. Agora tem uma fiscalização, não tenho nada contra fiscalizar quem não separa o lixo seco do lixo orgânico no Centro. Há lugares que já levaram até multas. Não há nenhum problema, acho que não fez tem que multar. Agora, se o caminhão do lixo seco não passa, aí o pessoal passa na frente, recolhe um pouco, enfia tudo dentro de um outro vasilhame, deixa pelo chão, vai alguém junta e põe no contêiner, e a pessoa é multada. Quem é o culpado? O edifício ou escritório que produziu esse lixo? Ou o desdém da Prefeitura de não ter feito o recolhimento do lixo seco e um catador foi lá e fez a mistura? Em que cidade nós estamos! Que tempos! Está mal! Está muito mal! E vou dizer, Ver. Felipe Camozzato, o que eu disse quando o Prefeito se elegeu, nós estivemos juntos com o Ricardo num debate, e eu disse que não faria oposição sistemática, foi lá em novembro. Nunca fiz, mas eu sou um Vereador que cobro. Eu cobrava quando o Partido dos Trabalhadores estava no Governo! Quem estava aqui, os mais antigos, os quase idosos, lembram do quanto eu cobrava. Eu fui Secretário e dialogava com a Câmara de Vereadores. O Ver. João Bosco Vaz sabe disso, fez algumas agendas. O Ver. Reginaldo Pujol sabe disso, que a questão lá do Parque Industrial da Restinga foi negociado entre a Câmara Municipal e eu, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, na época. A lambança do trabalho, da exploração de vendedores de frutas, de pirataria, na minha época, era quase igual aos dias de hoje. Agora, não teve frescor, nós seguimos com a

fiscalização, na época era no *e-mail*, hoje é no Facebook. Nós saíamos para a rua, sempre de forma rápida, urgente, no momento. Seguíamos junto com a fiscalização, queremos ser desafiados. E aqui volto a dizer: se der tudo certo, outros já toparam, faremos uma reunião com ex-Secretários da SMIC na semana que vem e continuamos a colaborar com o governo, ele querendo ou não. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero começar o pronunciamento de hoje obviamente reforçando a preocupação do Ver. Adeli com a situação do escoamento e da política lamentavelmente na cidade de Porto Alegre. É evidente que tem problemas que são estruturais, mas é evidente que a ausência de investimentos no DEP, a política de desmonte das áreas fundamentais para garantir com que a Cidade não alague ou que tenha escoamento necessário no caso de chuvas fortes como foram hoje obviamente tem repercussão na vida dos porto-alegrenses. É uma preocupação muito forte da Bancada de oposição, ainda mais vendo o desmonte do DEP, a própria ausência de políticas para o DMAE, o sucateamento do DMAE, na verdade, para justificar a privatização. E também tem um assunto que muito tem nos incomodado diante do verdadeiro absurdo que tem se processado aqui na Câmara dos Vereadores. E aí não é só o autoritarismo do governo Marchezan, que fez uma escolha política de não governar a Cidade, de desrespeitar os conselhos municipais como o projeto que tramita que limita a atuação dos conselhos municipais, de desrespeitar os Vereadores, mecanismos da democracia participativa. Nós temos uma decisão, de boa parte das bancadas aqui da Câmara de Vereadores, de excluir o bloco de oposição da sua representação real. Ninguém aqui, como falou o Adeli ontem, está reivindicando ter presidência de Comissão, porque nós sabemos que o Ver. Oliboni entende de saúde e poderia ser um bom presidente da COSMAM ou porque algum Vereador, como a Sofia, que é da Educação e seria uma excelente presidente da Comissão de Educação e, assim, sucessivamente. Nós achamos que vocês, ao excluírem a bancada de oposição da composição da Câmara, da Mesa Diretora e de suas Comissões, estão excluindo o voto de milhares de porto-alegrenses. Aqui não se trata de gostar de A ou B, aqui se trata de reconhecer o peso político que o povo elegeu nas urnas da Cidade. Porque então se justificaria um partido com um Vereador ter presidência de comissão? E partidos como o Partido dos Trabalhadores, que é uma das maiores bancadas da Casa, com quatro, não o terem? Ou o PSOL, com três Vereadores, não ter presidência de Comissão, não estar na Mesa Diretora, onde as decisões do conjunto da Câmara são tomadas com antecedência. Na verdade, existe uma política lamentável de tentar excluir a oposição da Câmara de Vereadores. E eu não consigo entender por quê. Uma coisa foi a política do Marchezan, de não querer ouvir os Parlamentares, e nós cobramos do Governo Marchezan, no primeiro ano do mandato,

essa política irresponsável que ele processou na Câmara de Vereadores. Mas aqui, na Câmara de Vereadores, se fez uma maioria em muitos momentos, independente do Governo Marchezan, que conseguiu assinar um documento com 21 assinaturas sinalizando que não retiraria direitos da bancada dos servidores municipais, uma maioria que, em outros momentos, derrotou projetos nefastos como o do IPTU. E os Vereadores vão seguir nos excluindo, vão seguir nos desrespeitando? Eu fui presidente da Comissão de Direitos Humanos durante duas vezes. A Ver.^a Mônica compôs a Comissão de Direitos Humanos, quando eu fui presidente e sabe a responsabilidade que nós temos em tratar a questão das atribuições da Comissão. E vocês vão aceitar um acordo que exclui a oposição de novo? Um acordo, a portas fechadas, em que existe um boato de que na segunda-feira vai se votar a nova Mesa e não se discute nada na reunião de Mesa e Lideranças nem conosco sobre que Mesa será essa. Não se esqueçam que: quem, com ferro, fere, com ferro será ferido. Esta lógica que estão fazendo de exclusão da bancada de oposição agora, na Câmara de Vereadores, a qualquer momento pode se virar para algum outro. “Ah, o Ver. Cassiá é meio dissidente, então ele não pode ser presidente de Comissão.” “Ah, o Ver. Carús foi um presidente muito diligente, da COSMAM, incomodou o Governo, fiscalizou, então não pode ser presidente de alguma coisa.” Isso é uma lógica inaceitável. Nós, aqui, não estamos fazendo juízo ideológico das presidências e das composições das Comissões; estamos fazendo juízo do que o povo de Porto Alegre escolheu, com as dificuldades, com a distorção da eleição e com as próprias críticas que nós temos a esta democracia limitada, mas excluir mais de não sei quantos milhares de pessoas que apostaram nas nossas opiniões para estarem representadas na Câmara de Vereadores é um ataque à democracia.

Eu esperava de vários Vereadores que tivessem uma postura mais altiva, Ver. Mauro Pinheiro, diante desta canalhice que estão fazendo conosco. Ainda há tempo. Segunda-feira está aí, e nós não somos de ficar calados.

A minha intervenção hoje, aqui, é para cada um dos Vereadores botar a mão na consciência e nos ajudarem a reverter esta distorção e não fazer com que a Câmara rompa uma lógica que veio inclusive nos tempos da ditadura militar. Mesmo na ditadura militar, a proporção foi respeitada, Arena e MDB presidiam Comissões. Está-se fazendo uma lógica que nem na ditadura se fazia para excluir um bloco de sete Vereadores. Nós estamos fazendo uma intervenção, porque ainda há tempo de a maioria mostrar que não pactua com isso, inclusive o próximo Presidente ou a próxima Presidente, que deve ser o mais interessado em não ter uma guerra com sete Vereadores. Mas nós, certamente, vamos subir o tom. Eu espero que haja sensatez até segunda-feira.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu vou utilizar este espaço de Comunicações para fazer algumas reflexões

sobre fatos bastante recentes e que têm relação com os serviços da Cidade, e começo, Ver. Bosco, fazendo referência a uma entrevista que foi concedida pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior num veículo de comunicação nesta semana, dando conta de que, na gestão anterior, cinco meses foi o atraso que se registrou para o pagamento de um serviço da coleta de lixo e que o serviço da capina, hoje, não estava a contento ou de acordo com o que a população espera também por responsabilidade da gestão anterior. Já publicamente respondi ao Sr. Prefeito e, felizmente, o veículo de comunicação deu um espaço correspondente, Ver.^a Mônica. Primeiro, porque a informação que passaram ao Prefeito é totalmente equivocada. Cinco meses de não pagamento a uma empresa responsável pela coleta de lixo é um caos ambiental, social, sanitário da Cidade em todos os níveis, porque um turno que não se coleta ou que não se presta esse tipo de serviço causa um transtorno muito sério para a Cidade. Então não é verdadeiro o que disse o Prefeito e também não é verdadeiro o interlocutor que passou para ele essa informação. O Secretário de Serviços Urbanos passou errada essa informação. E até, justiça seja feita, tenho sido atendido em muitas demandas que encaminhamos pelo 156 à Secretaria de Serviços Urbanos, mas isso não exclui a necessidade de eu vir até esta tribuna esclarecer melhor essa questão. A capina. No nosso Governo deixamos aberta e publicada uma licitação para contratação regular do serviço de capina, ignorada pela atual gestão, porque, em janeiro deste ano, fez de conta que não viu que estava tramitando lá uma licitação regular para capina e fez uma contratação emergencial de uma outra empresa para essa mesma finalidade. Então, se a empresa contratada emergencialmente em janeiro abandonou a execução do serviço, bom, quem responde pela falta da capina, pelo mato alto em Porto Alegre é a atual administração. Não a gestão anterior, conforme foi dito pelo Prefeito. Mais uma informação errada do seu interlocutor nesse aspecto. Eu faço questão de trazer esses temas aqui, porque nós, quando demandamos enquanto Vereadores os órgãos municipais, nós não queremos a consolidação do cenário da terra arrasada, nós queremos ver as soluções aplicadas. Quando se demanda pela limpeza de uma praça, pelo corte de grama de uma praça, pela desobstrução de uma boca de lobo, pela reposição de uma luminária numa via pública, por uma operação tapa-buraco é porque algum cidadão recorreu ao seu Vereador, para que esse serviço seja demandado junto à Prefeitura. E, concluo aqui a minha manifestação dizendo o seguinte, está faltando relação institucional da Prefeitura com a Câmara de Vereadores. Estão sobrando críticas, estão sobrando ofensas, estão sobrando declarações injustas com relação ao papel desempenhado pelos Vereadores, e a opinião do Prefeito muitas vezes acaba passando por verdade absoluta, porque não é dado o contraponto que deveria ter sido dado ao conjunto da Câmara. Mas falta relação institucional da Prefeitura com a Câmara. Alguém que sente ao nosso lado no âmbito das Comissões, alguém que venha até o plenário, alguém que converse com os Vereadores. Mesmo que esse Vereador seja de um bloco de oposição ou independente, ele não está proibido de querer colaborar com a Cidade, tampouco fazer a crítica àquilo que não funciona. Se existisse relação institucional da Prefeitura, do Poder Executivo, com a Câmara, o Poder Legislativo, nós teríamos muitas melhorias em favor dos cidadãos de Porto Alegre. Isso não é só referente a projetos de lei que tramitam nesta

Casa – os quais nós podemos emendar, discutir e, na sua tramitação, fazer tudo aquilo que é possibilitado pelo regimento – mas também nas demandas, daquilo que faz o dia a dia da Cidade. Nós temos muito a colaborar, nós ouvimos muitas pessoas, a cidadania de Porto Alegre acontece aqui, aos 36 Vereadores, não para resolver os seus problemas particulares, mas, muitas vezes, suas demandas, se resolvidas, repercutem no conjunto, na coletividade. Então, eu reivindico aqui que seja implantada, ao final de 2017, uma relação institucional verdadeira, que não é fisiologismo, uma relação institucional que considera o papel dos Vereadores na busca de melhorias e soluções para gargalos da cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Quero saudar, inicialmente, o nosso Presidente, Ver. Mauro, que, neste momento, preside os trabalhos; colegas Vereadores e Vereadoras; público que acompanha nesta Sessão no dia de hoje. Gostaria de dizer, primeiramente, que nossa Bancada, o Ver. Adeli, a Ver.^a Sofia e o Ver. Marcelo, se solidariza com todas as vítimas da grande enxurrada que, mais uma vez, atingiu Porto Alegre e que não foi diferente das dos outros dias, atingindo uma infinidade de famílias e cidadãos, no trânsito, principalmente, de nossa Cidade. É preciso ter um cuidado melhor, um olhar melhor enquanto Gestão Municipal. Por outro lado, nós da Bancada do PT nos somamos a esse grito de alerta, a essa manifestação de indignação com relação aos acordos, feitos aqui nesta Casa, que deixaram duas bancadas importantes fora do acordo da participação da Mesa Diretora e, principalmente, das comissões. Na verdade, isso, para nós, não é um reconhecimento da democracia representativa, porque quem colocou todos os Vereadores aqui foram os cidadãos e cidadãs, mas a Casa se dá o direito de se reunir com alguns e eleger poucos para poderem estar em alguns lugares que são de extrema importância, de responsabilidade, mas também de apresentação de propostas importantes para a Cidade. Portanto, nos somamos e nos indignamos, e vamos, na segunda-feira, pontuar claramente muitos dos problemas que existem nesta Casa se assim não formos reconhecidos enquanto Bancada. Até porque, quando fomos Governo, nós sempre compomos, Ver. Bosco, nós sempre reconhecemos as Bancadas, sempre compartilhamos, e não patrolamos, como é o caso aqui que vivemos no final do ano passado para este ano. Esperamos que deste ano para o ano que vem, isso não aconteça.

Por outro lado, quero divulgar uma pesquisa feita pela minha assessoria de gabinete sobre a satisfação no transporte coletivo de Porto Alegre. Foram ouvidas 880 pessoas e, por incrível que pareça, nos deparamos com números que nos preocupam muito, e imagino que esteja preocupando o cidadão, porque foram os cidadãos que falaram nesta pesquisa: 93,8% dos entrevistados considerou o preço da tarifa alto, Ver. Cassiá, muito alto, isso já passando de R\$ 4,00; 87,7% afirmou que a Prefeitura deveria

reduzir o lucro dos empresários, e nós percebemos aqui, e na Comissão que está tratando o tema, que os empresários, pelo contrário, querem aumentar, a não ser que o Poder Público subsidie essa passagem; 92% dos entrevistados são favoráveis à segunda passagem que o Prefeito tinha terminado, e que na Justiça nós libertamos, e que, portanto, a segunda passagem ainda está em vigor; 93% da população é favorável ao passe livre dos idosos entre 60 a 64 anos e deficientes, que o Governo, na verdade, quer reduzir esse benefício; 92,7% também vê o mesmo índice e é contra o término, como falei antes da passagem de deficientes; 95,7% é favorável ao meio passe estudantil; 83,6% é contra a privatização da Carris. E o Governo mandou aqui uma série de projetos, um deles é o fim ou a ideia de privatizar o DMAE, mas fala a todo momento que poderá privatizar a Carris. Então, está aqui um bom recado, trazido por uma pesquisa feita pelos nossos queridos colegas de gabinete, e que expressa a vontade da população. Portanto, é fundamental, logo, logo, ao trazermos aqui o projeto de lei, para concluir, Sr. Presidente, aonde nós estamos exigindo o plebiscito para a ideia da privatização em uma das autarquias, seja ela a Carris, seja a Corsan, seja o DEP, seja o HPV, seja o HPP, seja o Mercado Público, que haja a manifestação da população em relação à ideia de privatização. Portanto, um grande abraço. Obrigado pelo trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cássia Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Ver. Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos no dia de hoje; a situação hoje, Ver. Goulart e Ver. Brum, mais tranquila e a gente pode começar a refletir. O ano acabou, e Porto Alegre perdeu um ano em todos os sentidos, até porque quem tem que tomar a iniciativa é o Governo Municipal, é o Executivo. A Câmara tem as suas prerrogativas, como tem usado, mas eu gostaria de projetar um futuro melhor para o ano que vem. Mas para isso – eu vim de uma reunião agora do meu partido – o Governo tem que saber o que ele quer, o que é possível fazer, Ver. Mendes Ribeiro, para melhorar Porto Alegre. Na vida, todos nós, com a nossa experiência, sabemos que, muitas vezes ou na maioria das vezes, não conseguimos, Dr. Goulart, cem por cento. O que é possível fazer para melhorar as finanças da Prefeitura; o que é possível fazer para melhorar a administração da Prefeitura, sobre tudo isso nós temos que nos debruçar. Isso não tira nenhuma liberdade, nenhuma prerrogativa dos Vereadores unilateralmente. São 36 Vereadores que, constituindo-se a maioria, aprovam um projeto do Vereador, da Casa ou do próprio Executivo, mas isso deve partir do comandante do Município, o Prefeito deve abrir um novo diálogo, não podem chegar projetos na madrugada, projetos dois, três dias antes da votação, isso fica ruim, como se tivéssemos a obrigação de votar a favor do Governo em todos os momentos. Não é bem assim, como disse o Ferronato, esta Casa tem as suas prerrogativas, o Vereador é independente, esta Casa é independente, porém, se for possível, harmoniosa com o Executivo, mas ele não pode, não deve e não vai atropelar a

Casa, porque aqui tem Vereadores experientes, muitos já foram vereadores, deputados, secretários, enfim, já transitaram em várias esferas públicas. Se o Prefeito quiser administrar a Cidade, melhorá-la, já que o ano que vem será o seu orçamento, o primeiro orçamento, Ver. Brum, deste Governo, ele deverá cumprir, efetivar essas metas, quem sabe, com a ajuda da Casa. Ninguém quer prejudicar a Cidade. Ver. João Bosco, nós sempre estamos juntos nos projetos: ou votamos por convicção, ou votamos porque não temos convicção, porque o Executivo manda um projeto para cá que não explica, como ontem, aqui, que não houve uma explicação convincente, tecnicamente, de que o projeto era bom. Portanto, se dialogar, buscar as Comissões, os Vereadores, eu não tenho dúvida de que quando for bom para a Cidade, nós votaremos!

(Aparte antirregimental.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Exato! Aprovamos ontem, e o que não deu para aprovar, ficou mais para a frente, vamos estudar melhor, o Governo retira, o Governo repõe, faz uma medida de revisão, é neste aspecto, Marcantônio. Não pode, por exemplo, como o que aconteceu ontem aqui. O Ver. Nedel foi relator, e quando estava fazendo o relatório – é a experiência que nós temos –, ele já tem que estar conversando com o Governo sobre quais as emendas que podem passar; não pode vetar tudo! O Ver. Nedel não quis que se vetassem todas as emendas, mas ele só tinha essa saída, tecnicamente. O Governo tem que se reunir com as bancadas, com os Vereadores, e ver qual emenda pode, qual não prejudica o orçamento. Esse diálogo, antes de vir para o plenário, tem que acontecer. O plenário, como nós falamos, é soberano, cada Vereador vota com a sua consciência. Eu discuto muito, às vezes, na imprensa, e vocês também, que nós temos obrigação de votar cegamente como base do Governo. Jamais fiz, jamais farei esse posicionamento, estaria desvirtuando das minhas convicções, da minha coerência e das minhas atitudes. Se for bom para a Cidade, eu voto; se, na minha concepção, com a minha experiência, com a experiência da maioria dos Vereadores desta Casa, nós entendermos que não é bom para Cidade, nós temos que bancar. Conluio, conchavo, não, porque aí perde o cidadão, mas, sim, um acordo para melhorar as posições da Cidade. O próprio Prefeito tem dito que a Cidade está um caos – e é verdade! –, e só vai melhorar se todos nós, o Prefeito comandando, nós aqui na Casa, com as nossas prerrogativas, e a sociedade, em conjunto, buscarmos isso; caso contrário, nós vamos perder mais um ano.

Eu acredito que há, sim, a necessidade do diálogo para fortalecer. Vamos parar com isso, o nosso partido está precisando, está exigindo, está cobrando, está agendando uma reunião com o Prefeito para dizer o que o PP quer. O PP vai dizer: nós não concordamos aqui, não concordamos lá. Nós temos o direito! Não basta só participar de Governo, tem que participar dizendo: por aqui, nós não vamos, nosso partido quer ir por aqui, é melhor para a Cidade e vai melhorar a Administração Municipal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi atentamente o Ver. Cassiá Carpes e quero dar prosseguimento a esse assunto, porque a ideia que se passa para a sociedade é que os Vereadores é que não fazem e não querem fazer, como se nós, Vereadores, tivéssemos a caneta para determinar que a SMOV vá lá fechar o buraco, que o DMLU vá lá cortar a grama da praça. Então é um jogo político, um jogo de palavras tentando colocar esta Casa contra a sociedade, quando, na verdade, nós temos um Prefeito eleito democraticamente. Quando o Prefeito vem a público dizer que se os Vereadores não ajudarem ele não vai fazer nada, ele está fugindo da sua responsabilidade.

Em relação aos projetos, às votações, ontem eu já me pronunciei desta tribuna. E os técnicos da Fazenda que estava aqui fizeram caras de desprezo para mim, ficaram brabos comigo. Eu não estou nem aí! Vou repetir o que disse ontem: os técnicos da Fazenda se acham os donos do mundo, os donos da Prefeitura! Eles fazem os projetos, não ouvem as entidades ou instituições que são atingidas pelos projetos, os levam em cima da hora para o Prefeito Marchezan tomar conhecimento – e não estou defendendo o Prefeito –, e ele, muitas vezes, manda o projeto para cá sem nem ele entendê-lo, porque os técnicos da Fazenda decidiram que o projeto é assim! É uma vergonha os técnicos da Fazenda virem aqui fazer *lobby*! Querem pressionar os Vereadores para que votem aumento de imposto! Os técnicos da Fazenda que montem os projetos, discutam e esclareçam o Prefeito, que chamem as entidades ou instituições que serão atingidas, dialoguem, mas não venham aqui na Câmara querer impor e fazerem cara de desprezo. Eu e a maioria dos Vereadores aqui nem estamos aí para essa posição tomada por eles. Nós, Vereadores, também queremos ser ouvidos. Os técnicos da Fazenda não são os donos da Prefeitura, os donos dos projetos! Os projetos são projetos, nós podemos emendar os projetos para melhorá-los, ou podemos suprimir emendas para melhorá-los, e às vezes, apresentamos emendas que pioram os projetos. Mas vamos fazer o debate aqui. Agora, ganham R\$ 30 mil, ganham R\$ 40 mil por mês e se acham os donos! Não! Respeitem esta Casa, assim como nós respeitamos o funcionalismo público, inclusive, os técnicos da Fazenda vieram fazer *lobby* aqui pelo salário de R\$ 30 mil, pelo salário de R\$ 40 mil, pelo teto constitucional.

Agora, eu não me sinto pressionado, porque eu não deixo me pressionar; eu não me sinto constrangido, porque eu constranjo ele, se tiver que constranger, eu constranjo, como estou falado aqui. Têm muitos projetos montados pela Fazenda que complicam o Prefeito Marchezan, tanto que esses projetos do ISS que vieram para cá, vieram no dia 21, 9 dias, 10 dias, 16 dias. É possível, Ver. Paulo Brum? Líder do PTB e da base do Governo. Em 15, 16 dias os Vereadores tomarem conhecimento, estudar, fazer emendas, conversar, chegar a um acordo. É possível isso? Não é. Aí vêm os técnicos da Fazenda aqui fazer *lobby*, e muitas vezes com projetos que nem eles explicaram para o Prefeito Marchezan. Aí o Prefeito tem milhões de problemas para resolver – manda para lá. Aí vem o projeto para cá, e aí nós é que passamos por: os

Vereadores não querem ajudar. Ontem tinha um projeto bom do telemarketing, e nós aprovamos aqui.

Agora, eu não aceito que funcionário público que fez o projeto, que ganha muito mais do que qualquer outro, que esteja dentro do plenário, que venha nos pressionar, que venha falar. Ontem eu estava fazendo um discurso parecido com este aqui, saiu um da Fazenda aqui, foi na reunião que os senhores estavam e disse: “o Bosco está mentindo, na tribuna”. Não, o Bosco não estava mentindo; estava escrito no projeto, Ver. Camozzato, eu não menti, que a alíquota de 2,5 era até 2019. Estava escrito ali, não fui eu quem escrevi, não foi o senhor, não foi o Prefeito, quem escreveu foram os técnicos da Fazenda. Então não adianta vir aqui constranger. Eu não me constranjo, não deixo me pressionar, eu voto como eu penso. Eu voto com o meu partido quando estiver no livrinho, no estatuto do meu partido, eu cumpro as ordens do meu partido. Que é o que todos têm que fazer quando está no livrinho, agora, projetos que não estão no livrinho, projetos que dependem da nossa consciência, se forem bons nós vamos votar. Agora se não for bom, Ver. Cassiá, nós não vamos votar. Agora é a Câmara que vai decidir, não são os técnicos da Fazenda que vão vir aqui nos pressionar para nós votarmos isso ou aquilo porque eles querem que votem isso ou aquilo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, normalmente numa quinta-feira temática nós discutimos um tema importante, Ver. Adeli Sell. Hoje eu escutei, não tive a oportunidade infelizmente de ouvir o seu discurso, que sempre é bom e propositivo. Cheguei a tempo de ouvir a discurso do ver. Cassiá e agora do Ver. João Bosco Vaz. O que eu entendi dos dois discursos, de dois vereadores experientes, já mais velhinhos como eu, eles um pouquinho, mais jovens, mas já calejados. Ver. Adeli Sell, nós sabemos que quando passa um pouquinho do limite do confronto, a Cidade começa a mudar de opinião, muitas vezes. Eu achei muito interessante os dois discursos, tanto do Ver. Cassiá quanto do Ver. João Bosco Vaz. Eu tenho certeza de que a crítica que o Ver. João Bosco Vaz faz é que, na realidade, ele está propondo que os técnicos da Prefeitura, que a Prefeitura, o Executivo expliquem antes os projetos. Estava falando com o Ver. João Bosco, fora do microfone, na sua bancada, que há certas cobranças de impostos que devemos fazer, que precisam, são necessárias porque toda a sociedade cobra os mesmos serviços, todos querem ter o asfalto, a boca-de-lobo funcionando, o lixo recolhido, todas as profissões, todas, empresários, não empresários, aposentados, não aposentados, todos pagam. Então não dá para ter muitas exceções de algumas categorias, que até são bem aquinhoadas, serem liberadas de não pagar nada. Tem que ser rediscutido, e nós temos responsabilidade sobre isso. Tenho certeza de que nessa confusão de partidos, os

partidos desacreditados, nem o livrinho vale mais, Ver. João Bosco Vaz, se todos fossem atrás do livrinho, todos seriam sérios, honestos, e não é isso que está acontecendo. Os livrinhos também já rasgaram há muito tempo, ninguém está mais votando no livrinho, aliás, estão votando num outro livrinho, chamado livro-caixa. Esses eles votam, no livro-caixa. E nós temos que mudar isso, as pessoas de bem, independente de partido, independente se é da base do Governo ou fora da base do Governo, nós temos que pensar na Cidade. Se for bom para a Cidade, vamos fazer isso. Nós não podemos pessoalizar, nem o Executivo nem o Legislativo, nenhum Vereador, nem o Prefeito, nenhum Secretário, nós temos que ver o que é bom para a Cidade e para a população da Cidade. Ninguém gosta de pagar mais imposto, isso ninguém gosta, não precisa nem estar escrito no livrinho, todos nós sabemos, pagar mais imposto é difícil, ninguém quer, ainda mais em época de crise, mas o diabo é que há crise lá na minha empresa, tem crise no meu bolso, tem crise no bolso do Ver. João Bosco Vaz, tem crise no bolso do Ver. Cassiá, tem crise no mundo, principalmente na América Latina. O mundo já começou a fazer as reformas que nós temos que fazer aqui, o mundo já fez. Fiquei apavorado quando ouvi um português dizendo “perdi 50% do meu salário”. Como assim? [Ele respondeu] Eu trabalhava no Ministério da Agricultura, ou Apicultura, uma coisa dessas lá, e foi cortado 50% do meu salário por cinco anos. Depois de cinco anos, nós vamos recuperar 5% ao ano, vai demorar mais de dez anos para chegar no que eu ganhava há três anos”. Eu disse: “Não é possível!” “É, foi assim que se fez.” “Mas não mexeram no dinheiro dos aposentados?” “Sim, senhor, cortaram 50% dos aposentados também.” Em Portugal e na Grécia. Por quê? Porque não fizeram as reformas um tempo antes. A Espanha fez antes, recuperou-se antes. Agora Portugal está se recuperando, eu não sei como é que está a Grécia. Se nós não cuidarmos um pouco da nossa realidade, nós vamos virar a Grécia daqui a pouco. Além de não ter dinheiro para pagar o salário em dia, vai faltar dinheiro para pagar o salário parcelado, vai faltar dinheiro para pagar os aposentados. Nós temos a responsabilidade de cuidar para que isso não aconteça.

Os dois que me antecederam... Eu não sei qual é o seu assunto, Ver. Adeli Sell, senão eu comentaria também, porque eu sei que V. Exa. é propositivo. Os dois que me antecederam, o Ver. Cassiá e o Ver. João Bosco Vaz, eu gostei muito da fala dos dois. Não estou julgando, gostei, porque eu sei da honestidade dos dois, que falam o que pensam sem pedir troca nenhuma, isso eu assino embaixo por qualquer um dos dois. Eu me enquadro nessa turma felizmente, Ver. Cassiá.

Quero dizer que eu vou continuar a pensar nas pessoas de bem. Nesta Câmara, nós temos, na grande maioria dos Vereadores, pessoas de bem, que pensam não em si, até porque não precisam. O Ver. Cassiá podia ser um treinador, para ganhar 20, 30 vezes mais do que ganha como Vereador. O João Bosco Vaz é um apresentador de televisão de muito sucesso, também ganharia mais. Eu sou um pobre oriundo de Nova Prata, Ibiraiaras, tenho um pouquinho mais de dificuldade. Mas vocês dão bons exemplos nesta Câmara, e eu tenho muito orgulho de ser amigo de vocês e de pensar parecido, ou seja, pensar na Cidade e pensar nos cidadãos antes de pensar na

demagogia. Fiquei feliz por esta tarde de quinta-feira ouvindo o discurso dos Colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Colegas; boa tarde, público que nos assiste, é muito bom ouvir as falas dos Vereadores, especialmente a do Ver. Cecchim, que estava falando da situação de Portugal, Espanha e Grécia, que passaram por situações semelhantes ao que estamos vivendo no Brasil, no Rio Grande do Sul e também, em certa medida, aqui em Porto Alegre. Vale destacar, no caso específico de Portugal, que é um país com uma cultura e uma situação financeira bastante parecidas com a nossa, mas que teve uma redução do seu tamanho de gastos do Estado na ordem de 20 a 30%, durante dois anos, para fazer esse ajuste de contas. Até bem mais agressivo do que estamos experimentando e do que experimentou a Espanha e a Grécia. Então, projetos de reforma são fundamentais e nada melhor, infelizmente, do que um momento como esse, onde a crise é evidente, para que possamos refletir e desenhar os projetos que vão permitir que a gente tenha, nos próximos 10, 20, 30 anos, melhores condições para a população. Precisamos tratar isso com seriedade e nesse sentido imagino que carece o Governo dar mais atenção às contribuições dos Parlamentares, especialmente no que diz respeito às críticas que têm sido colocadas. Há uma certa intransigência do Governo em não acatar algumas emendas ou mesmo algumas sugestões de melhorias de projetos, como foi o caso do próprio IPTU aqui, que foi derrotado com uma expressiva votação, em oposição ao Prefeito. Havia uma série de deficiências no projeto, desde o discurso que falava em justiça tributária, mas falava em aumento de arrecadação; e até mesmo na concepção desse projeto que tinha a alíquota progressiva e uma série de outras particularidades. Então, é muito interessante ouvir as falas dos Vereadores, preparando, para essas últimas votações deste ano e para o que virá no ano que vem, um trabalho pesado. É preciso que todos nós entendamos, independente de oposição ou de Governo, ou das posições independentes, que as reformas são inevitáveis e serão necessárias. Então, que consigamos conduzir da melhor forma possível e atendendo da melhor forma possível os interesses dos cidadãos de Porto Alegre, que, notadamente, está cansado de pagar a conta e não receber os serviços. A gente teve os relatos de alguns serviços da Capital que não estão sendo prestados, muito claro que é pela falta de recursos, mas também por conta de uma dificuldade até de priorizar aquilo que é mais importante de ser atendido nesse momento na Capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde, colega Mauro, colegas Vereadores. Eu quero aproveitar a oportunidade para relatar o avanço que tivemos lá nos bairros Humaitá e Farrapos em relação a duas casas de bombas, as casas 4 e 5, que durante duas décadas não conseguiam dar conta da inundação com essas chuvas fortes que ocorrem na nossa Capital, e hoje mesmo, com toda essa tormenta, com essas duas casas de bombas que foram reformadas agora no Governo Marchezan nós tivemos um grande sucesso, porque é um local que normalmente alaga muito, que é na Av. Voluntários da Pátria, onde fica a casa de bombas 4, e a casa de bombas 5 fica na Rua Jaime Tolpolar. Com essa reforma que foi feita na casa de bombas 4, nós temos as cinco bombas da casa funcionando a pleno vapor. Lá na casa de bombas 5, nós temos também uma bomba nova, e já este sendo licitada uma outra bomba. Nós, que, felizmente temos uma condição melhor, não temos a noção do sofrimento daquelas famílias que, há mais de 20 anos, sofrem com alagamentos. Este ano, até o momento, depois das duas reformas, não houve nenhum prejuízo para aquelas 600 famílias que sempre sofrem com esse tipo de alagamento. Então quero dar os parabéns para o Secretário Sabino e para o Secretário Ramiro, que fizeram um grande e intensivo trabalho para podermos ter a reforma das casas de bombas 4 e 5. Isso foi muito importante para as famílias de baixa renda nos bairros Humaitá e Farrapos.

Tem outra situação, também localizada na região, que é um grande desafio, e nós ainda não conseguimos no Governo Fortunati, nem agora no Governo Marchezan, tomar uma definição, que é o Loteamento Habitacional Barcelona. Esse Loteamento é uma demanda do Orçamento Participativo, e a Dona Lorimar, que é a Líder desse movimento, milita mais de 15 anos no OP para buscar os recursos. Essa é uma construção que vem desde a Gestão Fogaça. A Gestão Fogaça ajudou, a Gestão Fortunati ajudou, a Gestão Marchezan está contribuindo, mas nós não chegamos numa definição. São moradias para 340 famílias, lá na Ernesto Neugebauer. Essas famílias estão aguardando há muito tempo o início daquela obra. O Governo Fogaça comprou a área na gestão do Diretor Tessaro, do DEMHAB; o Governo Fortunati fez toda a limpeza da área porque ali era o antigo lixão e tinha muita poluição de gás metano no terreno, que é extremamente tóxico. Foi contratada, por licitação, pelo DMLU, a Sapotec, que fez toda a limpeza da área e infelizmente até agora nós não conseguimos lançar o edital de licitação para contratação da obra. Foi muito trabalhado isso na gestão anterior enquanto estava, no DEMHAB, o Everton, o qual foi um Diretor que se dedicou muito a favor dessa causa.

Agora, já estivemos reunidos com o Diretor do DEMHAB, o Mário Marchesan, para que isto acontecesse o mais rápido possível: o tão esperado edital de licitação. Estamos insistindo com essa situação para que, o mais rápido possível, saia finalmente a construção desses prédios que atenderão 340 famílias, pelo Minha Casa, Minha Vida. Infelizmente, até agora, não tivemos esse resultado, apesar das reuniões ocorridas com o Diretor Mário, que é uma pessoa que está atenta a isso, é ex-

funcionário da Caixa Econômica Federal, é uma pessoa que tem relação em Brasília, é uma pessoa que entende de habitação popular e temos feito várias reuniões com a comissão de moradores, junto ao Mário. O Prefeito também já colocou, mais de uma vez, para o movimento e para o Diretor, que esse tema é muito importante, mas, infelizmente, ainda não chegamos no edital de licitação. Eu tenho me empenhado nisso desde 2010, são sete anos de luta, e esse movimento já vem construindo isso desde 2005. Esta Casa já recebeu várias vezes o movimento da Barcelona, talvez nós precisemos da união dos Vereadores para contribuir com o Governo para mediar essa situação. A Dona Lurimar é uma pessoa fantástica, é uma grande líder, ela já tem mais de 70 anos, ela não vai para essas moradias, ela tem casa própria; e é um movimento que se reúne uma vez por mês na praça. Muitos Vereadores a conhecem, já estiveram com ela, é uma pessoa brilhante, iluminada, mas, infelizmente, ainda não saiu o tão esperado edital de licitação.

A mesma questão ocorre com o movimento da Liberdade, que é aquela área incendiada, em janeiro de 2013, onde moravam 700 famílias. Trezentas famílias, durante o incêndio, foram removidas dali, muitas com aluguel social, outras com casa de emergência ecológica. Infelizmente, até agora, também não saiu o edital de licitação para área que foi incendiada. E na outra área, ao lado, na Rua Frederico Mentz, 303, o Governo anterior estava construindo 82 moradias; quando faltavam quatro meses para entregá-las, houve uma invasão – invasão de moradores da própria região, o que é mais triste ainda, pois faltavam quatro meses para entregar, via DEMHAB, na gestão Fortunati. Oitenta e duas moradias que seriam para aquelas famílias que ainda ficaram na área incendiada, que são 150 famílias mais ou menos, que estão cadastradas no PIEC, e nós não conseguíamos entregar aquelas 82 moradias para poder liberar a área, para aí, sim, construir, através do Minha Casa, Minha Vida, um projeto verticalizado de moradia. Isso também está deixando muito angustiadas mais de 700 famílias que estão nesse processo. É uma batalha grande. Nós temos feito muitas reuniões com o Diretor Mário, nós já tivemos reuniões também com os antigos diretores do DEMHAB. E esses dois temas, pessoal, são os mais importantes dos bairros Humaitá e Farrapos, eram três temas, com a licitação das duas casas de bombas, nós tivemos realmente condições de amenizar os danos que os alagamentos trazem para a região. Mas esses outros dois temas ainda estão pendentes, que é o movimento da Liberdade e o movimento Barcelona, que precisam ser atendidos. Quero dizer que o Governo está atento, que as reuniões têm acontecido, mas temos que avançar muito, e, com certeza, será uma alegria para o movimento contar com o apoio desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a renovação de votação, conforme justificativa – art. 196 do Regimento –, da Emenda nº 02 ao PLCE nº 015/17.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando se fala em ética, que deveria ser uma obrigação de todos nós, de todos aqueles que se preocupam com ética, vejo aqui um escritório de advocacia que lista as atividades dos seus profissionais, mas o que mais me chamou atenção foi o seu Código de Ética e de Conduta, que diz: “Este Código de Ética e de Conduta é o nosso guia e está inserido em nossa prática de prestação de serviço em nosso dia a dia. Todos do escritório têm conhecimento e aderiram a este Código de Ética e de Conduta. Todo novo integrante do escritório deverá firmar um termo de adesão na data de seu ingresso e receber uma cópia do mesmo, como os atuais que já estão no escritório. Relatamos aos titulares do escritório dúvidas sobre procedimentos a serem tomados, como notificamos o descumprimento desses pressupostos por qualquer membro da equipe.”

Acho isso muito importante, que as empresas tenham um código de ética, empresas de todos os profissionais, da saúde, advogados, dentistas, profissionais liberais e empresas. E nós, cidadãos comuns, pessoa física, o cidadão, também devemos aderir ao código de ética do dia a dia, o código de ética da vida, o código de ética da convivência humana. Vivemos crise de tudo que é tipo, não é só econômica, vivemos crise moral, crise existencial. A maior doença do momento que vivemos é a depressão, que provém de uma série de coisas – da solidão, da falta de dinheiro –, mas principalmente nós vivemos uma crise de falta de amor no coração de todas as pessoas. De amor ao próximo! De tolerância. Nós temos crise de tolerância. E nós precisamos ter mais tolerância para conviver melhor na sociedade. Nós precisamos ter ética de convivência em todos os grupos que convivemos. Temos que ter ética para fazer as emendas possíveis, temos que ter ética para com a nossa família. Tem gente que diz: “Ah, tem uma ovelha negra na família”, que é politicamente incorreto, não tem nada a ver a cor da ovelha, nada a ver. Nós temos que aprender até isso, a respeitar as diferenças. Agora, se nós escrevemos: “Respeitar a todos”, não precisa discriminar ninguém. É isto que nós temos que fazer, respeitar todos, gostar de todos os nossos semelhantes, com seus defeitos, com suas virtudes. É muito difícil, Ver. João Bosco Vaz. Nós, às vezes, lutamos nesta tribuna por alguma coisa e deixamos de lutar por coisas importantes para a convivência. Eu acho que temos que fazer essas reflexões, usar o final de semana para conviver com a família, para fazer as coisas que temos que fazer, mas principalmente usarmos para fazer uma reflexão da convivência do dia a dia, da ética no dia a dia que nós precisamos cada vez mais seguir e propalar a boa convivência, com ética, com respeito e com amor no coração. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na última segunda-feira, dia 04 de dezembro, nós registramos mais uma conquista em prol da inclusão social das pessoas com deficiência. Dia 03 de dezembro é considerado

o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. No Brasil e no mundo são feitos eventos, momentos de reflexão sobre os direitos e ações que possibilitam a inclusão social das pessoas com deficiência. E nós, no Paço Municipal, tivemos a sensibilidade do Sr. Prefeito Nelson Marchezan que sancionou a Lei nº 12.344, de 04 de dezembro de 2017. Esta lei foi aprovada por esta Casa, projeto de minha autoria, aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores. Portanto, na última segunda-feira, dia 04 de dezembro, o Sr. Prefeito sancionou, e, portanto, tornou-se a Lei nº 12.344. O que diz esta lei? (Lê.): “Institui o Programa Municipal de Orientação sobre a Síndrome de Down e inclui a Efeméride Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 - Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. [A Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down será do dia 21 a 28 de março, portanto, já em 2018 teremos a primeira semana municipal que vai acontecer juntamente com a Semana de Porto Alegre] Art. 2º O Programa Municipal de Orientação sobre a Síndrome de Down será constituído por ações do Poder Público e da sociedade civil organizada. Art. 3º São objetivos do Programa: I - estimular todos os setores da sociedade a realizarem atividades de proteção e apoio às pessoas com Síndrome de Down e seus familiares, bem como a sua divulgação; II -informar a sociedade sobre as principais questões relativas à convivência e ao trato com pessoas com Síndrome de Down; III - instituir, em parceria com a sociedade, ações voltadas para a compreensão, o apoio, a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho e o combate ao preconceito em relação às pessoas com Síndrome de Down, seus familiares, educadores e agentes de saúde; IV – implantar atividades de comunicação com os diversos setores do Poder Público e com organizações da sociedade, para a prestação de informações ao público a respeito da síndrome de Down, tendo em vista a educação, a saúde, o trabalho e a prática de modalidades esportivas e artísticas para essas pessoas; V - realizar ações de esclarecimentos e palestras, em estabelecimentos da rede municipal de ensino, para conscientização sobre a síndrome de Down e combate ao preconceito; VI - incentivar a divulgação de legislação concernente aos direitos garantidos às pessoas com síndrome de Down, no que se refere às políticas públicas, aos benefícios e às isenções relacionados à saúde, à educação, ao trabalho, à inclusão e à acessibilidade; VII - incrementar a interação entre profissionais da saúde e da educação e familiares e pessoas com síndrome de Down, objetivando a melhoria da qualidade de vida destes e ao aprimoramento de profissionais e familiares quanto à aplicação de conceitos técnicos na convivência com aqueles. Art. 4º Fica incluída a efeméride Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre”. Portanto essa Semana de Conscientização será do dia 21 ao dia 28 de março. Então, Sr. Presidente , faço aqui esse registro de que, na última segunda-feira, o Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan, sancionou a Lei nº 12.344. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Paulo Brum, e parabéns por mais essa conquista na sua área de atuação.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCIO BINS ELY: Presidente, Cassio Trogildo, na pessoa da V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, ao público que nos assiste nas galerias e pela TV Câmara, aos senhores e senhoras. Quero, muito especialmente, fazer uma saudação ao Dr. Grohmann, médico mastologista, que tem contribuído sobremaneira com o nosso mandato, com iniciativas e, especialmente aqui, com a proximidade do Outubro Rosa, no que diz respeito ao combate e prevenção do câncer de mama. Mas eu queria hoje, aqui, fazer uma reflexão, em liderança, no que diz respeito às últimas notícias relativas a uma página importante da história da Cidade. Qual seja? O Cais do Porto. A revitalização do Cais Mauá deve começar em três meses, diz o diretor do Consórcio responsável pelas obras. Acho que essa é uma expectativa de todos os porto-alegrenses, é uma pauta que já foi e voltou nessa Casa, numa agenda positiva da Cidade e, parece, agora vai começar a andar. Quero dizer que é uma satisfação ver a continuação desse trabalho. Também tive a honra, na oportunidade em que respondia pela Secretaria de Planejamento, de 2009 a 2012, de realizar na Prefeitura, junto com os gestores, esse trabalho de aprovação daquilo que foi idealizado para formatar, digamos assim, a manifestação de interesse ou aquilo que foi possível se construir a respeito de uma estruturação urbana, de um EVU urbano, de uma área pública. O que acabou por resultar, naquele momento em que se desenhava a possibilidade de ocupação daquele espaço, na qualificação daquele espaço, a possibilidade de devolver à Cidade, de colocar a Cidade de frente para o Guaíba, na área central, num ponto nobre. Em muitas outras cidades, capitais, até de nível internacional, a gente tem exemplos de docas, de áreas portuárias que foram recuperadas, e que hoje são ocupadas para atividades culturais, gastronômicas. Aqui se fez um debate, inclusive, para se colocar uma parte da Universidade Federal. Hoje nós já temos um patrimônio cultura edificado, que é a Usina do Gasômetro, onde temos várias oficinas de teatro. Enfim, essa perspectiva de geração de emprego e renda, de qualificação da área central da Cidade, efetivamente, combatendo ali aquela situação do Centro Histórico. Hoje o Centro de Porto Alegre é um Centro cinza, que falta ser embelezado, que tem uma série de dificuldades por causa do trânsito. Eu acho que essa revitalização, essa possibilidade que se avizinha de talvez fazer em etapas, temos ali a área da rodoviária com o objetivo de ser ocupada mais para serviço, quem sabe um flat ali, um hotel, escritórios, área comercial e serviços, mas é que realmente é uma possibilidade de ocupação, e quem de vez em quando participa, como nós, de atividades, a gente vê uma área muito nobre. Um espaço muito bem localizado e sem infraestrutura nenhuma. Quando a gente tem alguma atividade a se realizar ali, Ver. Adeli, a gente acaba tendo que se socorrer de banheiros químicos, por exemplo, não tem

uma infraestrutura mínima de elétrica e hidráulica que possa comportar qualquer atividade de menor porte. Podemos estar debatendo aqui hoje a real retomada de uma estruturação mesmo que gradual do período de dois em dois anos para que ela possa se completar e efetivamente a Cidade receber aquela área para seu usufruto como uma área coletiva de interesse coletivo, uma área de acesso público, vai ser algo muito significativo, muito relevante, e a gente não poderia se furtar de ainda nesta semana, quando essa pauta volta para a agenda positiva da Cidade, estar se manifestando aqui com satisfação a respeito dessa possibilidade que se avizinha para o bem de nossa Cidade. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente Cassio e demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, estava escutando atentamente as falas dos nobres Vereadores a respeito da nossa Cidade e dos problemas que temos enfrentado no Município de Porto Alegre. Quero dizer que neste último ano, Ver. André Carús, o problema das finanças, não só em Porto Alegre como em todo o País, tem criado grandes dificuldades para todos os Governos dos mais diversos partidos. Conversei ontem com o Prefeito de Cruz Alta e ele me relatava as dificuldades com a folha de pagamento. Acompanhando pelo jornal a gente vê as dificuldades da folha pra pagar os salários em São Leopoldo, do Prefeito Ary Vanazzi; a gente vê as dificuldades do Governo do Estado para pagar os salários. A gente sabe que os repasses, principalmente para as Prefeituras, diferente do Estado, depende muito mais dos repasses federais e estaduais do que das próprias receitas. As receitas municipais são curtas, basicamente IPTU e TBI e o ISSQN, e a gente sabe, entre nós aqui, Ver. Felipe, que o ISS é o imposto de mais difícil controle por parte do Município. A gente acaba vendo a cultura do jeitinho brasileiro do “quero nota, não quero nota” e acaba, muitas vezes, dificultando o Município na arrecadação através do ISS. O nosso IPTU está com a base de cálculo há muito tempo sem reajuste. A Cidade evoluiu em alguns locais e não se buscou o reajuste da base de cálculo. O ITBI, que é o Imposto de Transição de Bens Imóveis, a gente sabe que a crise econômica por que passa o País diminuiu consideravelmente as transações desses imóveis. Então o Município acaba tendo uma dificuldade muito grande em melhorar a sua arrecadação. Por outro lado, nós sabemos que foi, ao longo dos anos, em épocas melhores, se criando mecanismos de benefícios – não podemos dizer que não fosse merecido –, mas foram se criando porque havia recursos em maior abundância nos municípios. A cidade de Porto Alegre, numa época, anos atrás, ainda no Governo do PT, tinha reajustes de dois em dois meses, era isso, Ver. Adeli Sell? Tinha o gatilho que a cada dois meses os funcionários acabavam recebendo reajuste. Isso era no tempo quando se tinha recurso, até que o Governo Verne, em 2004, cortou esse benefício, porque o Município já não conseguia mais

acompanhar. Ao longo desses últimos anos, nos governos Fogaça e Fortunati, o Governo Fortunati, há dois, três anos, já dizia que teria dificuldade em pagar a folha, não sabia se teria recursos para pagar a folha. Ao longo dos anos foram se criando mecanismos, mas hoje já não é mais possível a Prefeitura acompanhar. O limite prudencial do Município está próximo, e, chegando a esse limite, o Executivo terá que retirar pessoas, não só os CCs, mas os servidores concursados. Esta Casa terá um longo período de debates para fazer as reformas necessárias, para que a máquina pública tenha condições de funcionar, até porque sabemos que, com todos esses custos que estamos tendo, vai faltar dinheiro para os investimentos necessários na Cidade, e isso não é de hoje. Ao longo dos anos a gente tem acompanhado que, dos milhões que Porto Alegre arrecada, muito pouco fica para investimento, acaba-se fazendo mais investimentos com recursos provenientes de outras fontes do que com a receita própria do Município. Então, em vários setores, nós temos que fazer a discussão, como a do IPTU, como reajustar a base de cálculo, e a da tarifa do ônibus. Hoje a gente sabe o sistema que foi montado, em que as empresas de ônibus tem um lucro já previsto na regulamentação com a Prefeitura de Porto Alegre, com isso a passagem de ônibus tem subido todo ano, chegando a um valor que, na minha opinião, é muito alto para a passagem, além de todos os benefícios que foram concedidos, tudo vai sendo colocado na tarifa de ônibus, e a passagem acabou ficando num valor muito alto. Agora, com a entrada dos aplicativos, há uma concorrência, é mais barato, muitas vezes, as pessoas pegarem o aplicativo para se deslocar do que pegar o próprio ônibus, com isso o número de passageiros do transporte público coletivo diminui cada vez mais, e, no sistema que temos hoje, cada vez vai ficar mais cara a passagem. Então, são pontos que nós, como Vereadores, temos que discutir; muitas vezes, pontos difíceis de se discutir, porque a gente sabe que toda vez que se mexe num benefício que foi concedido, num direito que foi adquirido, é difícil, porque aquela pessoa que vai perder o benefício não vai concordar, só que nós, como Vereadores, temos que fazer essa discussão, temos que achar saídas para aumentar as nossas receitas e diminuir as nossas despesas sem interferir, que é o mais difícil, nessas vantagens, nesses benefícios que foram concedidos ao longo dos anos. Mas eu acredito que a Câmara de Vereadores precisa fazer esse debate, que é do IPTU, do transporte público, do servidor público. Gostaria, inclusive, que o servidor público, que, muitas vezes, lotou estas galerias reivindicando – com razão! – os seus direitos, as suas vantagens, nos ajudasse a implementar melhores receitas para o Município de Porto Alegre, que nos dessem sugestões de como nós podemos melhorar as nossas receitas, porque este é o grande problema: as nossas receitas diminuem e as nossas despesas aumentam ano a ano. Então nós temos que buscar saídas, e eu tenho certeza de que essa saída tem que ser encontrada por todos, não só pelos Vereadores, pelo Executivo, pelo Parlamento, mas também pelos próprios servidores, que podem nos ajudar a buscar saídas, a criar mecanismos para que a gente possa melhorar o nosso serviço, sem aumentar despesa, aumentando a receita. Nós começamos a ver o quanto se torna difícil o Município aumentar a qualidade do seu serviço, que acaba piorando, e não só o servidor, mas também a população em geral

acaba pagando por isso, tendo um serviço ruim, de péssima qualidade. A solução é o diálogo e a construção de saídas para a nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas, público que nos assiste, eu gostaria de fazer um comentário aqui neste tempo, já que a gente estava falando sobre o papel do Legislativo e sobre a importância dos projetos que nós temos discutido aqui na Câmara. Estão hoje em 2ª Sessão de Pauta aqui nesta Casa cinco projetos da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, da qual eu sou Vice-Presidente. O Ver. Ricardo Gomes, que acaba de adentrar o plenário, também participa, assinou junto comigo, assim como o Ver. Adeli Sell, que também faz parte da frente, e o Ver. Cassiá Carpes, que também colabora com a nossa frente parlamentar, entre outros Vereadores. São cinco projetos de revogação de leis que atrapalham o ambiente de negócios da nossa Cidade.

É sabido que Porto Alegre não está entre as capitais com maior facilidade de se fazer negócios, e isso, obviamente, acaba gerando, como consequência, dificuldade de se criar empregos, renda e mais oportunidades, produtos e serviços na nossa Capital. Por isso, tão importante quanto fazer e aprovar projetos de lei, é a gente conseguir revisar a nossa legislação atual e revogar aqueles projetos, aquelas leis que não nos servem mais ou que atrapalham o nosso ambiente de negócios, para que a gente possa desenvolver. São mais de 12 mil leis ordinárias no Município. Portanto, tem muita coisa a ser revisada, e a Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização tem feito esse trabalho. São esses cinco projetos, apenas para passar aos colegas o conhecimento dessa tramitação. Um projeto que revoga a Lei nº 9.416, de 31 de março de 2004, que veda a comercialização de jornais e revistas em farmácias e drogarias. Uma simples proibição. Outro projeto que revoga a Lei nº 6.820, de 9 de abril de 1991 – que institui a obrigatoriedade de fornecimento, pelas empresas sediadas no Município de Porto Alegre, de uma refeição matinal aos seus empregados, e dá outras providências. Esse projeto, inclusive, tem um caráter inconstitucional por se tratar de matéria trabalhista e que tampouco consegue ter a sua fiscalização cumprida. Além do mais, encarece para o empregador a mão de obra e não recompensa o trabalhador que acaba, muitas vezes, recebendo o café da manhã, mas que é descontado do seu salário. Então deixa a liberdade para o trabalhador escolher se quer tomar o seu café em casa e receber mais de salário. Outro projeto que está sendo revogado é o que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos do comércio varejista de Porto Alegre afixarem, em suas fachadas, o preço dos produtos da cesta básica. Deixe que o mercado se regule. Os próprios varejistas já têm feito isso a despeito da legislação. Portanto não é necessário uma lei que obrigue a isso, até para não dar um poder discricionário para o fiscal autuar em caso de descumprimento, ou mesmo mais uma burocracia para o

empreendedor ter que cumprir, e muitas vezes está cheio de outras tarefas: lidar com o fornecedor, pagar seus funcionários, atender seus clientes e ter que se lembrar ainda de fixar esse cartaz. O quarto projeto revoga a lei que dispõe sobre construção de salas para cinema e teatro em centros comerciais do Município de Porto Alegre. Existe uma lei no Município que determina que a partir de uma determinada metragem quadrada de centros comerciais é obrigatório a instalação de teatros e cinemas. O que não faz o menor sentido. Afinal de contas, existem espaços que podem se diferenciar por terem cinemas e teatros e existem centros comerciais que não existe essa demanda. Então cabe aí a liberdade para que o próprio cidadão escolha onde quer ir e que o empreendedor decida se quer colocar cinema ou teatro ou não quer. Não faz sentido nós impormos essa obrigação. Por último, revoga o projeto que obriga as farmácias e drogarias a afixar, em local visível, na parte externa do respectivo estabelecimento, a relação daquelas que fazem plantão à noite, domingos e feriados. Não faz sentido isso. Você pode perguntar, acessar à Internet, ligar, não precisa estar fixado por uma lei determinando, inclusive dando informações de concorrentes. Então, a gente acredita que liberdade e menos burocracia é fundamental para que aos poucos a gente torne Porto Alegre uma cidade mais empreendedora e menos burocrática. Afinal de contas, cada uma dessas pequenas legislações são imposições legais que entram naquela lista de uma miríade que o empreendedor tem que cumprir para o seu negócio poder funcionar sem ser atrapalhado pelo Estado. Muito obrigado, e eu espero que todos os Vereadores contribuam para que possamos avançar e revogar essas legislações.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, na condução dos trabalhos nesta tarde; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TV Câmara e pelas galerias. Eu volto a esta tribuna para, novamente, repercutir o projeto que aprovamos ontem à tarde, nesta Casa, que institui o Fundo Municipal de Segurança Pública. Essa matéria da Segurança Pública é uma matéria que não deve se servir para palanques políticos.

Nós, no ano passado, instituímos um comitê metropolitano de segurança, e quando chegou perto do período eleitoral, nós, inclusive, não reunimos mais o comitê, no ano passado, para que justamente não viesse para o seio do comitê, para o núcleo do comitê permanente de segurança, a questão eleitoral.

Logo que iniciou este ano, aliás, no primeiro dia desta Legislatura, eu protocolei um projeto que instituía o Fundo Municipal de Segurança Pública. Ontem quando eu defendia o projeto do Executivo, eu explicava que, quando um projeto é de iniciativa do Legislativo, tem algumas limitações do ponto de vista dos vícios de

iniciativa. E, realmente, o nosso projeto, inicialmente, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, tinha algumas questões que foram corrigidas pela nossa Procuradoria. Então, nós suprimimos, por emendas supressivas, mas o projeto ficou não tão completo como poderia ser, porque não previa as fontes de financiamento, não previa as questões das regulamentações que cabem ao Executivo Municipal.

O Prefeito nos chamou e perguntou se não era possível uma composição, no sentido de que eu pudesse assumir a Prefeitura na sua ausência e na ausência do Vice-Prefeito, Gustavo Paim, que foi inclusive quem me passou naquele momento o exercício na condição de Prefeito, e nós então encaminhamos esse projeto em nome do Executivo Municipal, que é um projeto, então, mais completo do que aquele que havíamos apresentado. Novamente ontem nós aprovamos esse projeto do Fundo Municipal de Segurança, que é de origem do Executivo e que teve o nosso encaminhamento como Prefeito em exercício. O Fundo Municipal não vai resolver todos os problemas da segurança pública, Ver. Felipe Camozzato, mas é uma iniciativa, uma tentativa de ter uma fonte nova de recurso. Hoje pela manhã eu visitei o Chefe de Polícia. A nossa Casa vai homenagear a Polícia Civil que está fazendo 176 anos neste ano, no próximo dia 15, às 15h. O Chefe de Polícia comentou que tem muita gente que acha que se resolve tudo apenas com gestão. Lógico que melhor gestão é fundamental, só que chega um momento em que precisa mais investimento, não tem como multiplicar, Ver. André Carús, o número de agente que nós precisamos; não tem como multiplicar o número de viaturas que nós precisamos, não tem como pagar câmaras de monitoramento se não tiver recurso. E a segurança pública é a única política essencialmente de Estado que não tem uma política nacional, Ver. Adeli Sell, estabelecida, verticalizada, com recursos desde o orçamento da União, que possa ter recurso novo para atacar essa chaga que virou a segurança pública na sociedade, em todos os cantos deste País.

Portanto, o Fundo Municipal de Segurança não vai resolver todos esses problemas, mas vai ser uma iniciativa, uma possibilidade de ter-se recursos novos para investir na Guarda Municipal, nos convênios com a Brigada Militar, no monitoramento, nas câmaras, em equipamentos, em novas viaturas. Logicamente que o dinheiro não vai brotar na conta do Fundo Municipal, nós vamos precisar fazer uma grande articulação, uma grande campanha com os setores vivos da nossa sociedade – empresários, pessoas físicas – para que possa depositar, como já funciona com o Fundo do idoso que, logicamente, como o Fundo da Criança, Ver. Idenir Cecchim, tem uma vantagem, tem um certo benefício fiscal que é o desconto no Imposto de Renda, limitado, mas tem um benefício. O nosso fundo de segurança não consegue ter esse benefício porque a Lei Federal prevê o benefício apenas para os fundos sociais, e o fundo da segurança não é considerado fundo social.

Mas nós acreditamos que, através de uma articulação política do Executivo, da Câmara de Vereadores, da sociedade civil organizada, nós teremos recursos novos, que possam melhorar a segurança em toda a nossa Cidade, lá no Belém Novo, no Extremo-Sul, em todos os bairros da nossa Cidade. Nós precisamos de novos recursos

para que se possa ter um melhor desempenho das nossas forças de segurança, que já fazem muito com os poucos recursos que têm. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aprego o Of. nº 1875/GP encaminhando o PLCE nº 017/17.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Presidente Cassio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Subo à tribuna para tratar do mesmo assunto. Antes de V. Exa. chegar aqui, nós estávamos buscando uma reflexão com os Vereadores, para que naturalmente nós pudéssemos entrar 2018 com um mínimo de coerência e de harmonia entre os Poderes. Mas, surpreendentemente venho a esta tribuna dizer, o Presidente leu aqui, já há uma proposição do Executivo no sentido de que haja novamente aumento de IPTU a partir de 2019. Nós estamos em final de 2017. Hoje, posso dizer aqui, tivemos uma reunião do partido falando sobre essas questões do dia a dia, do melhor entendimento entre a Câmara, entre o partido e o Governo. Nosso partido tem o Vice-Prefeito, está fazendo um belo trabalho, mas, em nenhum momento, ele tocou nessa situação. Quer dizer que fomos surpreendidos, neste momento em que o Prefeito, mais uma vez, sem falar com ninguém, sem dialogar, manda a esta Casa, para ficar sobre os 36 Vereadores, um projeto que aumenta o IPTU a partir de 2019. Olha, eu não sei aonde o Prefeito Marchezan e a Fazenda querem chegar. O Ver. João Bosco aqui apregou que a Fazenda é culpada. Olha, não é só a Fazenda, Bosco. A Fazenda sim tem uma luz, é iluminada acima de todos, é verdade, concordo plenamente, e isso não é só no Município, é no Estado também. Mas, quando vem um projeto dessa natureza, assim! Parece que eu estou vendo a entrevista: “O projeto de aumento de IPTU está lá com os Vereadores, está lá na Câmara de Vereadores. Os Vereadores vão pensar, vão saber...”. Nós discorrer pelas comissões, coisas que não fizeram anteriormente, mas, lamentavelmente, não há diálogo. Lamentavelmente, Carús, a situação não é fácil.

Nosso partido, tudo indica, vai fazer uma reunião com ele dia 21, um jantar, tomara que esse jantar não esteja muito salgado, porque nós precisamos conversar. O Prefeito tem que conversar com a gente, tem que dizer o que é que ele quer. Eu disse anteriormente aqui e continuo nesta linha: nós temos que achar uma posição do Governo, quem administra é o Executivo. A Câmara fiscaliza, ajuda; quando pode, harmoniosamente, cria alternativas, mas o Prefeito precisa também se ajudar. Não vai passar quatro anos, um já foi, mais três anos brigando com a Câmara de Vereadores, com a sociedade, transferindo responsabilidade, tentando aprovar projetos na calada da noite, sem dialogar, sem passar pelas comissões. Eu fiz um discurso tão calmo, mas eu já perdi a paciência. Não há diálogo. O diálogo é um monólogo, é uma parte querendo

impor à sociedade, como se aumentando impostos, taxando a população fosse resolver os problemas. Pelo amor de Deus! Aumentar impostos para resolver o que em Porto Alegre não está resolvido há 30, 40 anos? Tem que administrar, e ele mesmo disse que a Cidade está um caos – e está mesmo. Mas também temos que desmistificar certas coisas. O cidadão já paga – e o Ver. Cecchim falou aqui, concordo com quase tudo -, e paga muito imposto: é estadual, é federal, enfim. E está falando aqui um Deputado que nunca votou aumento de impostos, seja aqui nesta Casa ou na Assembleia, e aumentaram assim mesmo, em muitas ocasiões, os impostos, e isso não resolveu, piorou a situação do Estado. Porque quando aumentam os impostos, o comerciante não vende, porque o cidadão, como paga mais impostos, compra menos; a economia não gira; a geração de emprego não melhora; o consumo não melhora. A sonegação aumenta. É uma ilusão e temos que ser reais. O Prefeito Marchezan tem razão quanto às dívidas, mas tem que negociá-las. A obra da Av. Ceará – reúne os empresários, quem tem credibilidade, e terminam logo aquela obra e o Município vai pagar. Nós aprovamos aqui os R\$ 120 milhões, mas esse financiamento já foi acordado com o banco? Nós aprovamos os R\$ 120 milhões para o Prefeito pagar essas obras que estão inacabadas, para pagar as dívidas. Infelizmente, estamos sempre nesse debate e o Prefeito não ajuda, ele quer conflito, e a Câmara não vai se conflitar. A Câmara vai votar conforme a sua coerência, com a convicção de cada Vereador e com o que for bom para a Cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2750/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 301/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 9.416, de 31 de março de 2004 – que veda a comercialização de jornais e revistas em farmácias e drogarias, no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2751/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 302/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 6.820, de 9 de abril de 1991 – que institui a obrigatoriedade de fornecimento, pelas empresas sediadas no Município de Porto Alegre, de uma refeição matinal aos seus empregados, e dá outras providências.

PROC. Nº 2752/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 044/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei Complementar nº 294, de 28 de maio de 1993 – que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos do comércio varejista de Porto Alegre afixarem, em suas fachadas, o preço dos produtos da cesta básica.

PROC. Nº 2753/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 045/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei Complementar nº 380, de 1º de julho de 1996 – que dispõe sobre construção de salas para cinema e teatro em centros comerciais do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2754/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 303/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.582, de 3 de janeiro de 1995 – que obriga as farmácias e drogarias a afixar, em local visível, na parte externa do respectivo estabelecimento, a relação daquelas que fazem plantão à noite, domingos e feriados.

PROC. Nº 2786/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 306/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que institui o Programa de Incentivo à Implantação de Jardins Verticais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2408/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 263/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Semana Municipal de Divulgação da Cultura do Povo Cigano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, de 24 a 31 de maio.

PROC. Nº 2616/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 285/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que denomina Orla Moacyr Scliar a faixa de terra limítrofe entre o Lago Guaíba e o Município de Porto Alegre compreendida entre a Usina do Gasômetro e o Anfiteatro Pôr do Sol.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Presidente Cassio, colegas Vereadoras e Vereadores, hoje nós temos dois projetos nossos em 1ª discussão de Pauta, sendo um que trata da questão de colocar no Calendário Municipal de divulgação da cultura aqui em Porto Alegre a cultura do povo tradicional cigano, que nós colocamos na semana do final de maio. Nós precisamos preservar todas as culturas, todas as etnias, fazendo uma ampla divulgação da sua cultura e dos seus feitos.

Neste momento, Ver. André Carús, em que nós estamos concluindo - daqui a pouco vamos fazer uma reunião interna, a segunda do dia -, os trabalhos da Comissão

Especial do mobiliário urbano, pois segunda-feira vamos aprovar um relatório e apresentar uma minuta de projeto de lei, e, em sendo aprovado, vamos protocolar na própria segunda-feira as questões do mobiliário urbano. Nós estamos apresentando aqui as chamadas paredes vivas, paredes verdes, muros verdes como um elemento do mobiliário urbano. Nós já fizemos uma pequena modificação legislativa no código de construção de Porto Alegre para colocar esse elemento, e agora estamos fazendo um projeto específico que cria um conjunto de atividades de incentivo a esses muros. Quem conhece a Av. Nilo Peçanha, indo em direção ao Shopping Iguatemi, passa pela nova construção da Unisinos de Porto Alegre, onde temos uma verdadeira parede verde, colorida, superbem feita, bem cuidada.

É disso que nós estamos tratando, porque mesmo sendo uma parede num equipamento privado, ele não deixa de ser um elemento do mobiliário urbano, porque ele tem uma interconexão com a rua, com a calçada, Ver. Ricardo Gomes – V. Exa., que foi Secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que teve que tratar com bancas de jornais e revistas, sabe que mesmo sendo um equipamento com uma permissão de uso, quando se coloca publicidade, essa publicidade tem uma interveniência junto à questão da paisagem. Pode ser um elemento poluidor, como também pode ser apenas um elemento que dê segurança, quando colocado numa praça e ou num *parklet*, coisa que Porto Alegre sempre proibiu, mas nós estamos prevendo mudar, porque pode trazer, inclusive, segurança pela iluminação, pela claridade e pelo ambiente que se cria em torno. Essa questão dos muros e paredes vivas, paredes verdes são elementos que estão sendo muito trabalhados na Cidade, como também os *parklets*, que há cinco, dez anos praticamente não se falava em *parklet*.

Hoje nós temos um *parklet* instalado, mais visível ao lado do Tribunal de Justiça, aqui no Centro, bastante ocupado, diga-se de passagem, trabalhado por uma ONG. E nós temos mais dez *parklets* previstos para a Cidade Baixa. E, para a nossa boa surpresa, hoje tivemos a participação da Associação de Moradores e Empresários do Bairro Moinhos de Vento, apesar de um alarde que alguns fizeram aqui para não ter *parklet* no Moinhos de Vento, o que eu achei estranhíssimo pelo fato de ser, exatamente, uma coisa que traz conforto, segurança. Mas eles vão fazer a mesma burrice que fizeram num movimento radicalizado, sendo que poderia ter havido uma negociação com várias coisas no Parcão e no Moinhos de Vento, foi levado ao Ministério Público, virou uma bola de neve e acabou se impondo exatamente o contrário do que queriam. A intervenção dessa associação foi magnífica – o Ver. André Carús e eu ficamos muito positivamente surpresos –, porque vem exatamente ao encontro do que nós estamos colocando: essas questões dos elementos do mobiliário urbano aqui discutido nesse nosso projeto de lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h32min.)

* * * * *